

O erro fatal da infestação de militares no Planalto no governo Bolsonaro

Por Cláudio Magnavita*

Há exatamente um ano, em 24 de novembro de 2023, o ministro do STF Gilmar Mendes afirmava de forma premonitória: “As ameaças que vieram de setores das Forças Armadas contra este tribunal e contra a democracia não merecem resposta. Até agora continuam elegíveis os militares”. Ele defendia a aceleração da tramitação da PEC 42/2023, que obriga o militar a se aposentar para disputar eleição ou assumir ministério. O ministro voltou ao tema esta semana, em entrevista na Globonews, sobre o complô de quatro militares, três oficiais da ativa e um general da reserva para eliminar o então presidente eleito Lula, o vice Geraldo Alckmin e o ministro do STF e então presidente do TSE, Alexandre de Moraes.

Os documentos revelados pela Polícia Federal revelam este nefasto documento elaborado na alcova do Palácio do Planalto e é o ápice da doentia infestação da máquina pública por militares da reserva e da ativa após a posse do então presidente Jair Bolsonaro.

O maior erro foi trazer a imprensa que governo de direita é governo militarizado. Aliás, a direita brasileira não pode ficar envergonhada com este complô golpista pilotado pelo general Mário Fernandes e seus comparsas. Estes quatro desonram a farda que usaram ou ainda usam.

O grande erro histórico de Jair Bolsonaro foi ter militarizado o núcleo de poder. Nomear, principalmente, generais e almirantes para

ministérios e cargos no primeiro escalão. Era um capitão afastado das Forças Armadas cercado de oficiais de alta patente. Isso trouxe uma bolha de irrealidade ao núcleo de poder e reviveu traços do regime militar. Não tinha como dar certo. Como tubarões excitados pelo sangue, esta turma se lambuzou com o gosto do poder e tentaram tudo para mantê-lo, até criar esta operação ‘Punhal Verde Amarelo’. Sandice pura.

A distorção da realidade era tanta que o general Santos Cruz só chamava o presidente de Bolsonaro e nunca de Senhor Presidente. Desdém total.

Ao colocar o general Hamilton Mourão como vice, Bolsonaro colocou a sua cabeça na guilhotina de um núcleo militar que apostava que poderia defenestrá-lo do poder e colocar o linha dura na Presidência.

Foi de Mourão a primeira grande insubordinação em 2016, contra o governo Dilma Rousseff, que resultou na perda do Comando Militar do Sul e foi transferido para a Secretaria de Economia e Finanças. Dois anos depois, ao defender intervenção militar pelos escândalos do governo Temer, foi novamente afastado.

Escolhido e eleito vice-presidente, Hamilton Mourão sempre esteve a um passo de sentar na cadeira de presidente e até a esquerda evitava falar de impeachment de Bolsonaro por ser o sucessor natural o linha dura.

O documento da operação ‘Punhal Verde Amarelo’ previa um núcleo de Crise comandado pelos generais Heleno, Braga Netto e Mário Fernandes.

No governo Bolsonaro, patente era pré-requisito para cargo de primeiro escalão. O almirante de esquadra Bento Albuquerque foi ministro de Minas Energia e está no epicentro do escândalo das joias. Até nas agências de estado a patente garantia o cargo.

O governo ficou arejado com a chegada de Ciro Nogueira como ministro da Casa Civil e de novos titulares civis para a secretaria de governo. Se na reeleição a candidata a vice fosse a então ministra Tereza Cristina, a chance de vitória seria outra. Colocar Braga Netto na chapa foi um erro fatal, nas urnas e até em caso de vitória.

Colocar os militares de volta aos quartéis, de onde nunca deveriam ter saído, é agora gênero de primeira necessidade para a estabilidade democrática do país. A PEC 042/2023 deve ganhar força e será um passo.

A derrota de Bolsonaro em 2022 ceifou a cabeça desta gulosa serpente que distorceu a imagem da direita. Ser de direita é uma posição ideológica e não significa ter uma divisa no ombro. Nomes da direita civil, como o direitista histórico Ronaldo Caiaido, Ratinho Júnior, Cláudio Castro e, de certa forma, Tarcísio Freitas, que apesar de capitão foi purificado por ter trabalhado em governo do PT, tem uma avenida eleitoral aberta pela frente.

No núcleo duro do bolsonarismo no Planalto, formado pelos generais Luís Eduardo Ramos, Augusto Heleno e Walter Braga Netto, o in-

conformismo com a derrota para o PT encontrou um terreno fértil para todas as teorias de conspiração. Este núcleo é formado por oficiais da reserva, uma geração que assistiu o final dos governos militares. Foi neste terreno que ultrapassou-se a linha do bom senso, planejando um colapso institucional à partir de assassinatos. Não há como ficar impunes. Aliás, é das próprias Forças Armadas que deve partir a condenação destes atos, que foram planejados, arquitetados, medidos, projetados e colocados no papel por pessoas que colocaram a sua sede de poder acima do amor e respeito à pátria.

O ministro Gilmar Mendes foi cirúrgico em cobrar uma solução através de uma PEC que se arrasta no Congresso. A própria direita, que ganhou musculatura nas urnas, deve também exigir punição e que os militares retornem aos quartéis e aos seus deveres constitucionais. Arroubos como o do general Villa Boas, como foram feitos em direção ao STF no episódio do HC de Lula, que permitiria sua candidatura ou do general Mourão contra Dilma e Temer, devem ser rigorosamente punidos. A sociedade civil não deve aceitar mais esta infestação militar em estruturas governamentais, como trouxe a eleição de 2018 e, erradamente, foi chancelada por Bolsonaro, que agora pode ser punido pela proximidade com os sanguinários e loucos que nomeou e se cercou.

*Diretor de Redação do Correio da Manhã

PINGA-FOGO

■ **NOMEAÇÃO ANTECIPADA** - Para aqueles que alimentam a teoria da conspiração e da participação de Bolsonaro no ‘Punhal Verde Amarelo’ uma reflexão: Por que Bolsonaro nomearia os comandantes das Forças Armadas indicados por Lula antes de embarcar para os Estados Unidos?

■ **PERDEU A OPORTUNIDADE** - O governador Cláudio Castro fez um apelo ao presidente Lula, que presidiu o G20, para que ele cumpra os compromissos assumidos pelos líderes do evento na carta final apresentada à população. Castro afirmou que Lula perdeu uma oportunidade de conversar com o presidente dos EUA, Joe Biden, sobre a venda e a entrada de armas no país. As declarações foram dadas no evento ‘G20 no Brasil’, promovido pelo Grupo Globo, na manhã desta quarta-feira (20).

■ **FRUTOS PARA A MOBILIDADE** - Já a tarde, o governador Cláudio Castro se reuniu com o sheik árabe Zayed Rashed Owaidha Aloubaise, CEO do Abu Dhabi Investment Group, no Palácio Guanabara. Durante o encontro, foram discutidas possíveis parcerias em projetos do governo, como a expansão da Linha 4 do Metrô, a intenção de levar o transporte até a Baixada Fluminense e São Gonçalo, ferrovia e concessão do gás. O sheik demonstrou interesse nos planos do Metrô e na construção da linha, acompanhada de um projeto de urbanismo para as regiões.

■ **CULTURA DO SUL FLUMINENSE** - Nesta quarta-feira, dia 20, o deputado estadual Jari Oliveira (PSB) entregou o título de Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro ao evento ‘Samba da Jurema’, um dos mais tradicionais da região Sul Fluminense. A homenagem foi entregue durante evento que aconteceu no bairro Boa Vista, em Barra Mansa (RJ). O projeto de lei proposto por Jari foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Rio e sancionado pelo governador Cláudio Castro. O Samba da Jurema nasceu da necessidade de resolver as questões financeiras da Comunidade Omariô de Jurema, no bairro Santa Clara, em Barra Mansa.

■ **ESPAÇO PARA AJUDAR** - O evento é beneficente e ajuda, além da Comunidade Omariô, outras instituições, como Apae Volta Redonda, SOS Barra Mansa, Tenda Espírita Pai Cambinda, Aldeia de Umbanda Caboclo Sultão das Matas e Escola Municipal Quilombola de Santana Irmã Elizabeth Alves. Do Samba da Jurema nasceu também o Juremeiros, grupo que começou sendo um encontro de amigos músicos em prol da causa e a partir do evento solidário, alçou outros voos logo após as primeiras edições.

Cattaneo lança Partida do Coração Brasil-Itália Troféu Enel

Após a apresentação do plano estratégico 2025-2027, no qual a Enel reiterou o compromisso de fortalecer os investimentos em redes no Brasil e na América Latina, o CEO da empresa, Flavio Cattaneo, voou ao Rio de Janeiro durante a cúpula do G20 para reafirmar os planos da companhia e apresentar a Partida do Coração Brasil-Itália Troféu Enel, além de um projeto de iluminação do icônico Cristo Redentor. Por ocasião do G20, o gestor também teve uma reunião bilateral com Javier Milei, presidente da Argentina.

As iniciativas foram ilustradas na Casa da Cultura do G20, da qual a Enel é principal patrocinadora. Estiveram presentes no evento, além da direção da empresa na Argentina e no Brasil, a secretária de Cultura do estado do Rio de Janeiro, Danielle Christian Barros, e o reitor do santuário do Cristo Redentor, padre Omar Raposo. Ambos, ao recordar o importante papel da empresa italiana, acolheram com grande simpatia os novos projetos.



Na sequência: Francesco Moliterni; Padre Omar Raposo; Pietro Petraglia; Flavio Cattaneo; Danielle Barros; Antonio Scala; e Nicolò Mardegan

O governador Cláudio Castro e o secretário estadual da Casa Civil, Nicola Miccione, agradeceram pelo compromisso da empresa italiana com a cidade em mensagens em vídeo.

Em uma breve saudação, Cattaneo - que recebeu a placa honorária

do prêmio da revista Comunità Italiana - destacou que “o Brasil é o terceiro mercado mais importante para a Enel e fundamental para a estratégia de crescimento do grupo”.

“No país, produzimos energia apenas a partir de fontes renováveis,

com usinas eólicas e solares que estão entre as maiores do mundo”, disse o CEO. “Com nossas redes, fornecemos energia elétrica para mais de 15 milhões de clientes no Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará. Em nosso Plano Estratégico 2025-2027, reiteramos nosso compromisso de investir ainda mais nas redes no Brasil”, com foco “na melhoria estrutural da qualidade do serviço”, acrescentou.

O CEO disse estar “muito orgulhoso” pelo fato de a Enel ser uma das principais patrocinadoras da cultura no Rio de Janeiro.

“Queremos confirmar nosso apoio aos projetos culturais, sociais e de sustentabilidade promovidos pelo governo do estado do Rio. Dentre as atividades previstas para o primeiro semestre de 2025, destacamos a Partida do Coração Brasil-Itália - Troféu Enel, que alia esporte e solidariedade, e um projeto para tornar o Cristo Redentor, um dos símbolos mais emblemáticos do Brasil, ainda mais luminoso”, afirmou.

Fernando Molica

Suspeitos reproduziram visões de Bolsonaro e de militares

Os suspeitos de articularem o assassinato de autoridades seguiram o ideário defendido por Jair Bolsonaro desde seus tempos de caserna: elogio à ditadura, planejamento de atentado terrorista, assassinato de adversários, quebra de hierarquia nas Forças Armadas.

Premiados com cargos e prestígio, oficiais-generais não vacilaram em, mais uma vez, trair as instituições que tanto dizem amar. Ignoraram dois princípios básicos de qualquer força armada digna de respeito: manter distância da política e preservar a hierarquia e a disciplina.

O material até agora divulgado pela Polícia Federal não permite concluir que o ex-presidente foi cúmplice, por ação ou omissão, na tentativa golpista que previa o assassinato do presidente Lula, do vice Geraldo Alckmin e

do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

Mas é impossível negar que o golpismo sempre pregado por Bolsonaro serviu de inspiração e de guia para para os conspiradores. Bolsonaro surgiu na vida pública ao, ainda na ativa, publicar, em 1986, na revista Veja, artigo em que criticava os baixos salários nas FFAA.

No ano seguinte, a revista revelou que o capitão estava envolvido na estruturação de explosões até em quartéis para alavancar o protesto contra os baixos vencimentos. Condenado por um conselho de justificação do Exército, ele conseguiria ser absolvido por 9 a 4 pelo Superior Tribunal Militar num julgamento em que foi favorecido por uma oportuna e suspeita confusão entre laudos.

Sem condições de permanecer na

Força, Bolsonaro iniciou carreira de político — de tanto atacar a cúpula militar, foi proibido de entrar em quartéis. Tornou-se ídolo, porém, dos jovens oficiais, entre eles, muitos que hoje estão no generalato.

O apelo à violência e a pregação pela quebra da institucionalidade são marcos de sua carreira. Propôs o fuzilamento do presidente Fernando Henrique Cardoso por sua decisão de vender a Vale, declarou que, caso eleito presidente, daria um golpe de Estado, reiteiro a defesa de torturadores, elogiou atos autoritários dos presidentes Alberto Fujimori (Peru) e Hugo Chávez (Venezuela).

Eleito presidente graças a uma combinação de fatores que incluiu a condenação e prisão de Lula, Bolsonaro, no Planalto, manteve a visão de

mundo e o comportamento de sempre.

Fez sucessivas ameaças à democracia, anunciou que desrespeitaria ordens judiciais, incentivou a quebra da hierarquia nas FFAA. Integrantes de postos de comando na instituições militares demonstraram que mantêm aceso o cachimbo golpista que entorta suas bocas desde a derrubada do Império.

Principalmente nos últimos anos de Bolsonaro no Planalto, chefes militares ajudaram a bagunçar o coreto institucional, meteram-se onde não deviam, emitiram notas que traziam implícitas ameaças à democracia, voltaram a maltratar a história recente do país, criaram crise institucional em torno da legitimidade eleitoral — como se eles, quando estiveram no poder, não tivessem abolido eleições. São especialistas em impedir o funciona-

mento de urnas, não em aperfeiçoá-las.

Todo o processo contou com a cumplicidade de setores importantes da política, de forças policiais e do empresariado. Foi abençoado também por uma significativa parcela da população que, por oportunismo ou ignorância, traz para a sociedade conceitos de uma religiosidade deformada, incompatível com a vida democrática.

Os golpistas e terroristas de hoje são herdeiros dos torturadores impunes e do medo de presidentes — entre eles, Lula — de corrigirem os tantos desvios cometidos e incorporados por militares.

Não haverá paz sem a punição dos culpados e de uma reforma profunda na formação dos funcionários públicos fardados que, de uma vez por todas, precisam entender que não estão acima da população.